VECCI CONSTRUÇÕES

VECCI CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 53.275.036/0001-44

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO (A) DA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICIPIO DE IGARATINGA/MG.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2025

CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 09/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE

SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM

CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE (CBUQ) DA ESTRADA

VICINAL DE ACESSO AO POVOADO DE BOM JESUS DO OESTE,

MUNICÍPIO DE IGARATINGA-MG

VECCI CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado,

devidamente inscrita no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica - CNPJ sob o Nº

53.275.036/0001-44, empresa sediada na com sede a rua Silviano Brandão, nº

78, sala 301, Centro, Formiga – MG – CEP. 35.570-112, neste ato representado

por sua sócia/administradora, DIVINA SOLANGE DO NASCIMENTO, portadora

do CPF nº 581.200.416-15, vem à presença de V. Senhoria, com fulcro no art.

165, I, alínea 'b' da Lei 14.133/2021, interpor **RECURSO ADMINISTRATIVO** em

face das razões de fato e de direito a seguir explicitadas.

- DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, salienta –se que nos termos do art. 165, I, alínea 'b'

da Lei 14.133/2021, dos atos declarado da Administração decorrentes da

aplicação desta Lei, caberá recurso no prazo de 03 (três) dias uteis, contado da

data de intimação ou de lavratura de ata, em face de ato de habilitação ou

inabilitação de licitante:

VECCI CONSTRUCÕES

VECCI CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 53.275.036/0001-44

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

b) julgamento das propostas;

No caso em tela, lavratura da ata ocorreu em 11 de Agosto de 2025.

De modo que, o prazo para interpor recurso iniciou-se no dia 12 de Agosto de

2025, findando em 14 de Agosto de 2025.

Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente Recurso.

- DOS FATOS E FUNDAMENTOS

A Prefeitura Municipal de Igaratinga-MG, publicou edital de compra

junto ao processo nº 101/2025, na modalidade Concorrência Eletrônico nº

09/2025, que tem por objeto contratação de empresa para a realização de

serviço de pavimentação e recapeamento asfáltico em Concreto Betuminoso

Usinado à Quente (CBUQ) da Estrada Vicinal de acesso ao Povoado de Bom

Jesus do Oeste, Município de Igaratinga-MG.

No dia da sessão, foram recebidos os envelopes contendo a

'documentação de habilitação', tendo em vista a inversão de fases estabelecida

no Edital, respectivamente. Verificou-se que as empresas estavam de acordo

com as exigências do Edital, e ato contínuo, foram abertos o Envelope de n º 2

(Proposta) das empresas participantes e com a colaboração dos membros da

Equipe de Apoio, o Pregoeiro examinou a compatibilidade do objeto, prazos e

condições de fornecimento.

Na oportunidade, a empresa UNIBASE CONSTRUÇÃO E

PAVIMENTAÇÃO LTDA, foi considerada classificada. Todavia, houve por parte

dos demais licitantes - inclui-se esta recorrente - manifestação quanto a

VECCI CONSTRUCCIONS

VECCI CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 53.275.036/0001-44

inexequibilidade da proposta apresentada, dado o desconto superior aplicado

pela empresa sagrada vencedora.

Contudo, não houve por parte da mesma a apresentação dos

documentos referentes a sua composição de custos, o que se torna imperioso

para aferição da exequibilidade da proposta. Aberto o prazo para manifestação

de recurso, houve manifestação por parte desta recorrente que apresenta suas

razões para comprovar a inexequibilidade da proposta apresentada, pelos

fundamentos que passa a expor.

- DOS FUNDAMENTOS

- DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA - DILIGÊNCIA -

AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - AUSÊNCIA DE COMPOSIÇÃO DE

CUSTOS

Nos termos do art. 59, III da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve

desclassificar a proposta que apresentar preços manifestamente inexequíveis,

sendo obrigação do licitante demonstrar a viabilidade dos valores ofertados:

Art. 59. Serão desclassificadas as propostas que:

III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a

contratação;

Ao presente, dado o desconto praticado pela empresa sagrada

vencedora, tem-se que sua proposta por certo se apresentará inexequível.

Considerando o valor estimado pela Administração, tem-se que a proposta

apresentada implicou em um desconto de 35% (trinta e cinco por cento), acima

do legalmente destacado:

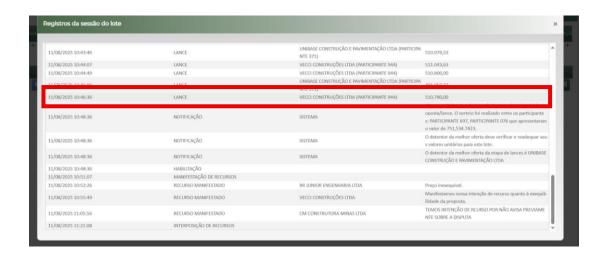


VECCI CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 53.275.036/0001-44

	TOTAL GERAL DA OBRA			R\$ 751.534,75
INCLUSIVÉ ESCAVAÇÃO, REATERRO COMPACTADO E FORNECIMENTO				12.551,70

O valor estimado perfaz um valor médio total de R\$ 751.534,75 (Setecentos e cinquenta e um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e setenta e cinco centavos).

Praça Manuel de Assis, 272, Centro, Igaratinga-MG - CEP 35695-000Telefone: (37) 3246-1134



Ou seja, houve um desconto de mais de R\$ 255.584,03 (duzentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e oitenta e quatro reais e três centavos).

Apensar de mencionar a relativização de tal entendimento, destacou que seria solicitado a demonstração da exequibilidade da proposta em tais casos, justamente o que se pretende esta recorrente, de modo que, com a apresentação da composição dos preços, o preço atribuído ser dará inexequível.

O Tribunal de Contas da União (TCU) reforça essa interpretação, exigindo a **demonstração concreta dos custos** que compõem a formação do preço. Veja-se:

[&]quot;É dever da Administração exigir dos licitantes a demonstração detalhada da composição de custos, especialmente quando se suspeita da inexequibilidade da proposta." Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário



VECCI CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 53.275.036/0001-44

Como destacado, tal questão se apresenta como um dever da

Administração, não uma discricionariedade. Ainda mais no presente, uma vez

que a proposta apresentada apresenta com altos indícios de inexequibilidade,

de modo que se torna imperioso e uma obrigação desta Administração afastar

tal presunção mediante a realização de diligencia ao caso.

Além disso, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório

(art. 5° da Lei 14.133/21) exige a estrita obediência às condições previstas no

edital, o que inclui a comprovação objetiva e suficiente da viabilidade da proposta

apresentada.

Portanto, concluímos que, esta Administração possui o dever de exigir

da empresa sagrada vencedora a demonstração da composição dos custos de

sua proposta, de modo a afastar a inexequibilidade de sua proposta, dando vista,

após, aos demais licitantes para análise e manifestação. Se não for este o

entendimento desta Administração, o que se aceita somente por argumentar,

seja nos moldes fundamentados, considerada a proposta apresenta como

inexequível e, por tal, deverá ser desclassificada nos termos do edital.

- DOS PEDIDOS

De forma a se valer dos princípios expostos nesta peça e na forma da

lei, requeremos:

1. Que seja esta peça encaminhada, analisada e julgada procedente

pela autoridade competente em todos os seus termos, no sentido de julgar

procedente o recurso interposto por esta recorrente, de modo a realizar diligência

ao feito e solicitar da empresa sagrada vencedora a apresentação, nos termos

legais, da composição de seu preço de modo a possibilitar a aferição da

exequibilidade. Não sendo este o entendimento, o que se aceita somente por

argumentar, seja reconhecido a inexequibilidade da proposta sagrada vencedora

pelas razões alhures expostas, convocando o próximo classificado no certame.



VECCI CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 53.275.036/0001-44

- 2. Seja efetuada, se necessário, qualquer diligência nos moldes legais de modo a suprir eventuais dúvidas acerca dos documentos apresentados;
- 3. Caso não seja acatado este pedido, que seja esta peça encaminhada para a autoridade superior para conhecimento e julgamento final, nos moldes do art. 165, II § 2º da lei 14.133/2021.

Termos em que,		
pede deferimento.		

Em Formiga/MG, 14 de agosto de 2025

VECCI CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ sob N° 53.275.036/0001-44